

Governo acha o Congresso lento

Em atitude inédita o Governo resolveu aprovar o novo Orçamento Geral da União (OGU), revisto para uma inflação anual de 600 por cento, através de decreto-lei e não em lei ordinária a ser apreciada e votada pelo Congresso Nacional. Em nota à imprensa a Seplan explica que "não havia outra solução, senão o uso do decreto-lei, cuja vigência imediata será vital no processo de controle do déficit público e combate à inflação".

Observa a nota que os trabalhos da Constituinte vêm absorvendo a atuação dos congressistas por inteiro, tanto que ficaram mo-

mentaneamente desativadas as comissões permanentes, sendo os diversos temas apreciados em plenário. "Ainda assim", diz a nota, "tem sido difícil obter **quorum** para decidir sobre os projetos em tramitação, inclusive nas sessões conjuntas do Congresso".

Exatamente por temer um atraso na aprovação do novo OGU, em função da falta de constituintes em número suficiente no plenário para votá-lo, o Governo achou melhor optar pelo decreto-lei. Mais adiante, a nota revela que o ritual de tramitação normal de uma lei ordinária é "moroso".

"Diante dessa prêmên-

cia de tempo, chegou-se à conclusão de ser impraticável o uso do projeto de lei ordinária para dispor da nova sistemática de indexação dos valores(...) e para autorizar a abertura dos créditos adicionais", completa a nota. Segundo José Ribas Neto, secretário-executivo da Secretaria de Orçamento e Finanças da Seplan, o maior risco na demora da aprovação do novo OGU era com a folha de pagamento de alguns Ministérios, que em julho não teriam verba para pagá-la.

Até o final de agosto o Poder Executivo terá de enviar ao Congresso o projeto de lei orçamentária de 1989.